

“NÃO TENDO VISTO SEU FILHO EM VIDA, QUERIA VÊ-LO NA MORTE”

GÊNERO, RAÇA E MATERNIDADE (SÃO LUÍS, MARANHÃO, 1876-1877)¹

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Geminiana e seus filhos: escravidão, maternidade e morte no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024, 359p.

G*eminiana e seus filhos*, lançado em 2024, é fruto da parceria entre duas grandes referências da historiografia brasileira, Maria Helena Toledo Machado, professora titular da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e pesquisadora experiente do campo da História Social da Escravidão e do Pós-Emancipação, que nos últimos anos vem se dedicando a pesquisar sobre gênero, escravidão e maternidade; e Antonio Alexandre Isidio Cardoso, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e um expoente da nova geração de historiadores dedicados à História Social do Trabalho, com estudos sobre escravidão, liberdade, relações étnico-raciais, mundo rural e fronteiras no Brasil dos séculos XIX e XX. Ambos

somaram experiências, disposição para o trabalho duro de pesquisa e sensibilidade para descortinar o contexto de exploração e opressão vivenciado por mulheres escravizadas, libertas e pobres de São Luís no final do século XIX.

Situando a obra dentro do contexto em que fora escrita, não custa lembrar que a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, organizada pela ONU, em Durban, África do Sul, em 2001, quando o debate sobre adoção de Ações Afirmativas de acesso ao ensino superior intensificou também o debate sobre racismo e resultou na maior diversificação dos sujeitos, demandando novas abordagens para a pesquisa historiográfica no Brasil.

1 O título da resenha é inspirado em trecho do depoimento de Geminiana, constante na obra ora resenhada (p. 31).

Além disso, importa lembrar que o processo de construção da 1º Marcha Nacional de Mulheres Negras, iniciado em 2011, tendo seu ápice em 18 de novembro de 2015, quando mais de 50 mil mulheres negras de todo o país marcharam em Brasília contra o racismo, o sexismo e pelo bem viver foi um grande impulsionador para a maior visibilidade das mulheres negras nos mais diversos espaços da sociedade brasileira e para o crescente interesse na pesquisa historiográfica sobre elas, o que evidencia a atualidade e a relevância deste livro escrito a quatro mãos, no qual o protagonismo de mulheres negras apareceram no centro da luta por liberdade e por justiça no Brasil do século XIX.

A obra conta com orelhas e com prefácio, respectivamente, escritos por outras três especialistas reconhecidas da História Social da Escravidão e do Pós-Emancipação, Iamara Viana, Luciana da Cruz Brito e Wlamyra Ribeiro de Albuquerque que, de modo cuidadoso e instigante, convidam-nos à leitura da obra. Em sua quarta capa, o livro também conta com um delicado e preciso texto escrito por Lilia Schwarcz, outra grande referência da historiografia brasileira.

Dividido em seis capítulos, o fio condutor utilizado por Maria Helena Machado e por Antonio Alexandre Cardoso para nos conduzir, durante o processo de Abolição gradual da escravidão, pelas ruas e praças, pelos tribunais, largos e sobrados azulejados de São Luís foi o inquérito policial e o processo crime no qual Ana Rosa Viana Ribeiro, entre 1876 e 1877, foi acusada e julgada pelo assassinato do “escravinho” Inocência.

A documentação referente ao caso analisado foi cruzada com outras similares, bem como com outras fontes – testamentos, inventários, certidão de óbitos, contratos de compra e venda de escravizados, correspondências e jornais. Isso se deu por meio de um minucioso investimento em pesquisa documental e bibliográfica sem abrir mão de demonstrar empatia ao drama vivenciado pelas mulheres escravizadas e suas crianças, cujas histórias foram trazidas para o texto. Machado e Cardoso enfrentaram os limites da documentação, recorrendo à imaginação histórica e à fabulação crítica – evidentemente não para inventar, mas para tecer contextos e possibilidades para a recomposição das histórias narradas.

O caso trazido no livro já é bastante conhecido por outros pesquisadores, como Josué Montello, que trouxe a história para o romance *Os tambores de São Luís*, e Flávio Gomes, que publicou seus achados na coletânea intitulada “Pajelança no Maranhão no século XIX. O caso de Amélia Rosa”, obra organizada por Mundicarmo Ferreti.² No entanto, ao revisitar uma história tão conhecida, a autora e o autor trouxeram novidades em relação ao que já fora escrito sobre o caso, levando em conta raça, gênero e maternidade, atentando para o ponto de vista de mulheres escravizadas e de suas crianças – escravizadas ou ingênuas.

Neste texto, optei por comparar minhas impressões a respeito das especificidades da escravidão e da luta por liberdade de mulheres escravizadas e acerca das especificidades do domínio senhorial feminino tratadas ao longo do livro, destacando o modo pelo qual a autora e o autor remontaram a agência dessas mulheres que, a seu modo, se moveram dentro de uma sociedade

cujos papéis sociais das mulheres e dos homens, bem como as regras jurídicas, foram construídas por homens brancos dotados de poder político e econômico.

Entre as várias mulheres que foram trazidas a público ao longo da obra, destaca-se, de maneira especial, Simplicia, nascida em Alcântara, de cor preta – de mais ou menos 60 anos – que conseguiu libertar-se da escravidão, deixando suas filhas, Florência e Geminiana, em cativeiro e que, por ocasião do processo, vivia se empregando nos trabalhos a jornal pelas ruas de São Luís. A obra destaca, de maneira especial, uma de suas filhas, Geminiana, cujo nome intitula o livro.

De cor preta, com mais ou menos 30 anos, nascida em São Luís em 1876, Geminiana pagou o valor arbitrado judicialmente pela sua liberdade. Porém, foi obrigada a deixar suas crianças em cativeiro. A recém-liberta costumava trabalhar como empregada de aluguel, cozinheira e, como outros inúmeros trabalhadores da cidade, também colocava tabuleiro de vendeira para ganhar o sustento diário na segregada, racista e violenta São Luís de então.

Geminiana foi mãe de quatro crianças escravizadas – Zaira, de doze

2 Mundicarmo Ferreti, *Pajelança no Maranhão no século XIX. O caso de Amélia Rosa*, São Luís: CMF/FAPEMA, 2004; Josué Montello, *Os tambores de São Luís*, Rio de Janeiro: Lacerda, [1975] 2015.

anos; Inocência, de nove; Jacintho, de seis; e Constança, já falecida. Também era mãe de uma criança de quatro meses, portanto, livre, cujo nome não foi mencionado nas fontes pesquisadas pela autora e pelo autor. Nesse sentido, cabe destacar que Maria Helena Machado e Antonio Alexandre Cardoso chamaram a atenção de suas leitoras e seus leitores para o fato de que, em 1869, era proibido que os filhos menores de quinze anos fossem separados de suas mães e que a lei de 1871 reiterava essa proibição no que se refere às crianças menores de doze anos. A despeito das leis citadas, Zaira, Inocência e Jacintho foram vendidos pelos antigos proprietários, separados de sua mãe e de toda a “comunidade de senzala estável” da qual faziam parte desde que nasceram.³

Ao remontar o caso à luz da experiência de Simplicia e de Geminiana, a autora e o autor nos lembraram ainda de que é consenso entre os especialistas no tema que as mulheres predominavam entre as pessoas escravizadas que conquistavam

cartas de alforria no Brasil e que, especialmente, aquelas de âmbito urbano conseguiam ser mais bem-sucedidas nessa estratégia para conquistar a liberdade legal, investimento que exigia muita astúcia e paciência em uma negociação que poderia levar décadas.

Todavia, Maria Helena Machado e Antonio Alexandre Cardoso também observaram que muitas escravizadas, além de trabalharem em âmbito doméstico, ainda labutavam no ganho pelas ruas de São Luís, negociando inúmeros produtos, o que podia permitir amealhar o recurso necessário para que pudessem negociar cartas de alforrias pagas. Esse parece ter sido o caso de Geminiana, que também pode ter contado com o apoio da mãe, já liberta.

No entanto, nem sempre elas conseguiam reunir o pecúlio suficiente para comprar a liberdade de toda a família. Assim, não foi raro encontrar na documentação mães forras de filhos escravizados. De acordo com a autora e o autor, para essas mães, comprar primeiro a própria alforria era mais estratégico, pois apregoando seus produtos nas ruas ou realizando outros trabalhos em São Luís, elas poderiam acumular

3 Maria Helena Pereira Toledo Machado & Antonio Alexandre Isidio Cardoso, *Geminiana e seus filhos: escravidão, maternidade e morte no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024, p. 120

pecúlio suficiente para comprar a liberdade de toda a família.

Atentos à constituição da família de escravizadas, os artesãos desta obra chegaram a encontrar dados de até três gerações de uma mesma família e não deixaram passar despercebido que, na maior parte delas, só foi possível encontrar informações referente às mães, às suas filhas e aos seus filhos. Na maior parte dos casos analisados, não foi possível encontrar informações sobre os pais dessas crianças, ou a respeito dos companheiros ou dos ex-companheiros dessas mulheres. Tal constatação sugere que esse silêncio das fontes não significa, exatamente, que eles não estivessem por ali, seja confabulando para que mais integrantes da família fizessem a travessia da escravidão rumo à liberdade, seja sofrendo pela separação, pela exploração ou pela morte de seu rebento. Já no início da obra, a singularidade das mulheres escravizadas e, notadamente, das meninas nessa condição chama a atenção. Um exemplo disso pode ser observado no pouco que foi possível saber sobre a venda de Zaira, que, aos doze anos já era considerada uma aquisição vantajosa

pelos compradores, tanto que ela fora, rapidamente, vendida para uma família de posses, desconhecida, para assumir o papel de “faz-tudo”, podendo desempenhar inúmeras funções, inclusive aquelas próprias às mulheres adultas, como ama-seca, lavadeira e ganhadeira.

Nessa fase da vida, a pequena Zaira já enfrentava o assédio sexual, lembraram a pesquisadora e o pesquisador que, talvez pela naturalização da violência sexual sofrida pelas meninas e pelas mulheres escravizadas na documentação da época, pouco trouxeram ou conseguiram especular a respeito dessa particularidade da escravidão feminina.⁴

4 Acerca da violência sexual contra meninas e mulheres negras – escravizadas, libertas e livres –, consultar: Camillia Cowling, *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*, Campinas: Editora da Unicamp, 2018, pp. 320-334; Francisco Coelho Duarte Badaró, *Fantina: cenas da escravidão*. (Posfácio de Sidney Chalhoub), São Paulo: Editora Chão, 2019; Keila Grinberg, *Liberata – a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro: Relume-Dunará, 1994 e; Rosana Falcão Lessa, “Nas malhas do fumo: cotidiano, família e trabalho feminino no Recôncavo Fumageiro, 1870-1920”, Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do

Diferentemente da irmã mais velha, os dois meninos tardaram a ser vendidos. Isso porque a essa altura do processo de abolição gradual da escravidão, muitos proprietários se sentiam inseguros em comprar crianças tão pequenas, preferindo investir no aluguel de ingênuos ou na solicitação legal da tutela de uma criança liberta mais crescida. Assim, primeiro eles foram vendidos a pedreiros-traficantes e, depois, revendidos a Ana Rosa Viana Ribeiro, uma senhora reconhecidamente cruel com as pessoas que escravizava. Em menos de três meses, Jacintho veio a óbito e, menos de um mês depois do irmão caçula, Inocêncio, também faleceu.

Ana Rosa era filha de uma das famílias mais poderosas da província do Maranhão, casada com o médico e importante liderança do Partido Liberal, Carlos Fernando Ribeiro, com quem tinha dois filhos, Francisca Isabel e Carlos Fernando, que, desde 1875, haviam sido enviados para estudar na França. Aos 53 anos, a matrona que morava no sobrado da rua São João era uma legítima representante da classe senhorial, seja no tocante às atribuições

próprias às mulheres de sua classe social, seja no que se refere ao compartilhamento de seus valores – e, por isso mesmo, estava acostumada a explorar o trabalho de pessoas escravizadas e a castigá-las de forma exemplar, como diria Silvia Hunold Lara.⁵

Contudo, entre 1876 e 1877, período em que o caso tramitou, Ana Rosa e sua rede de poder tiveram que lidar com o que, certamente, fora considerado por eles uma afronta. A mencionada proprietária fora exposta ao “diz-que-diz” popular e ao uso do episódio pelos adversários políticos de seu marido, sendo levada ao banco das réis para ser julgada pelo assassinato de Inocêncio, o que trouxe à tona não só a morte de Jacintho, mas também vários outros casos de castigos “imoderados” praticados por ela ao longo de décadas.

Por meio de uma narrativa envolvente e de tirar o fôlego, em vários trechos do livro é quase possível visualizar as inúmeras cenas de torturas aplicadas por Ana Rosa às mulheres e às crianças escravizadas sob seu domínio, tanto que, muitas vezes, precisei interromper a leitura

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022, pp. 52-55 e 83-90, .

5 Silvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na capitania de Rio de Janeiro 1750-1808*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

como quem busca ar para continuar acompanhando a narrativa repleta de detalhes sobre a crueldade da mencionada escravocrata.

Cientes do impacto da força de sua narrativa, aquela e aquele que nos conduzem pela mão ao longo do livro não deixaram de explicitar suas próprias indignações e perplexidades diante do modo como o jogo era jogado pelos integrantes da elite ludovicense, acionada por Ana Rosa e por seu marido, com o firme propósito de, mais uma vez, garantir-lhe impunidade frente à acusação de violência extrema contra escravizadas e escravizados.

No que se refere às especificidades das mulheres da classe senhorial, havemos de lembrar que, na sociedade patriarcal do Brasil Imperial, o espaço da rua era considerado um território próprio aos homens, enquanto às mulheres como Ana Rosa era reservado o lugar do doméstico, cabendo-lhes a maternidade e a administração do bom funcionamento da casa.

Evidentemente, nos domínios da aristocracia escravista da “Atenas Brasileira”, como São Luís também era conhecida na época, não era diferente de outras partes do Império, isto é, a

realização de tarefas, como limpeza, preparo dos alimentos, lavagem de roupa e cuidado com as crianças cabia a escravizadas, como Carolina, Ignez, Maria Nathalia, Militina e Andreza, lembrando apenas algumas das mulheres exploradas e supliciadas por Ana Rosa, que conforme a lógica da cultura do cuidado, além de suas próprias atribuições no âmbito do cuidado com as suas e os seus, ainda eram obrigadas a assumir grande parte das atribuições das mulheres que as escravizavam, como observei em pesquisa publicada recentemente.⁶

Aproveito para destacar que Maria Helena Machado e Antonio Alexandre Cardoso ainda constatarem na pesquisa realizada que era de conhecimento público que crianças e homens escravizados por Ana Rosa viviam sob castigos regulares. Ambos ainda demonstraram que as mulheres escravizadas foram as vítimas preferenciais da futura “baronesa de Grajaú”.

De acordo com a autora e o autor, ao mesmo tempo em que se esperava que as mulheres da elite fossem

6 Karine Teixeira Damasceno, *Para serem donas de si: mulheres negras em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*, Salvador: Editora da UFBA, 2023.

comedidas, submissas aos maridos, reclusas, boas mães e caridosas, no comando da rotina de trabalho doméstico cabia às sinhás a violência “do quintal”, “da cozinha” e “dos quartos”, por isso, atitudes como a de Ana Rosa de fustigar escravizadas,

não eram necessariamente pontos fora da curva numa sociedade violentamente estabelecida com base escravista, com homens e mulheres de elite empenhados em manter a ordem senhorial e o poder de suas famílias. Destacadas “Senhoras Donas”, muitas vezes submetidas pelos maridos à reclusão em seus sobrados, eram também participantes do sistema espoliativo, que atingia elas próprias, mas sobretudo mulheres negras trabalhadoras.⁷

Assim, se as mulheres da classe dominial eram violentas, também o eram seus maridos, irmãos, cunhados e outros homens de suas redes de poder, que pactuavam e silenciavam diante dos castigos infligidos às pessoas escravizadas, haja vista que a violência era legitimada como um direito e, até mesmo, uma obrigação dos escravocratas em casos considerados pela classe senhorial como

necessários, ainda que preferissem exercê-la com discrição e em âmbito privado. Desse modo, mais do que discordância em relação às práticas violentas de Ana Rosa, sua execração pública incomodava seus pares, visto que esse tipo de exposição comprometia a imagem paternalista de toda a aristocracia local em tempos difíceis de conter a revolta popular, argumentaram a autora e o autor.

Outro tema importante trazido pela dupla de historiadores refere-se às condições de vivenciar a maternidade pelas senhoras da classe dominial e pelas mulheres escravizadas. Enquanto as primeiras, como fora o caso de Ana Rosa, viviam o início da maternidade cercadas por serviçais, contando costumeiramente, por exemplo, com amas de leite para amamentar a criança recém-nascida, as segundas sequer tinham garantido o direito de alimentar suas crianças, como certamente ocorrera com Carolina, escravizada trazida para o sobrado da rua São João logo depois do nascimento do primeiro filho do casal Viana Ribeiro.

Cabe trazer novamente a este texto Francisca Isabel, filha do casal Viana Ribeiro, pois para Maria

7 Machado & Cardoso, *Geminiana e seus filhos*, p. 100.

Helena Machado e Antonio Alexandre Cardoso também não passou despercebida a questão do gênero no modo como eram preparados para a vida os jovens da elite da época. A dupla conseguiu recuperar na documentação a informação de que, em 1875, ambos filhos do casal Viana Ribeiro se retiraram do Brasil para estudar no estrangeiro e lembraram às leitoras e aos leitores que não era usual que aos dezessete anos moças solteiras de famílias aristocráticas deixassem o Império para estudar fora, mesmo acompanhadas por um irmão mais velho e uma ama. Nessa idade elas já eram consideradas casadouras – dito de outro modo, senhoras-moças como Francisca Isabel estavam na fase de casar e ocupar o lugar determinado para elas na sociedade, isto é, o de cuidar, exclusivamente, das coisas do lar, como faziam suas mães e avós. Diferentemente dos rapazes da mesma faixa etária, que, por sua vez, deveriam deixar o Brasil para estudar na Europa e, ao voltar, se ocupar dos negócios da família e quiçá da estrutura administrativa do Estado Imperial.

Caminhando para o fim do livro e já cientes da absolvição de Ana

Rosa pelo Tribunal de Relação do Maranhão, bem como do silêncio dos articulistas dos jornais, das autoridades e mesmo dos adversários políticos do casal Viana Ribeiro sobre a absolvição da matrona, os autores passaram a descortinar uma história que, embora já anunciada ao longo do livro, no final da obra fica mais evidente para a leitora e o leitor o tamanho da trama construída pelo casal e seus aliados para envolver Geminiana em um crime.

Trata-se do processo crime movido contra a pajé Amélia Rosa e seu círculo de mulheres curadoras ou auxiliares, inclusive Geminiana, que foram acusadas de manter em cativeiro e torturar a escravizada Joana, pertencente a um casal que – concidentemente –, residia na rua São João e era proprietário de Zaira, a filha mais velha de Geminiana. Mesmo negando a autoria do crime, a mãe, duplamente enlutada pelo assassinato de seus filhos pequenos, passara a figurar na documentação como uma feiticeira violenta e de “estranho rancor” contra os poderosos da capital da província, sendo presa na mesma cadeia pública que Ana Rosa e, posteriormente, julgada pelo

crime de lesões corporais. Entretanto, diferente da assassina de seus filhos, Geminiana e suas companheiras de pajelança foram condenadas à prisão pelo júri popular. Fechou-se o ciclo de vingança do supracitado casal contra todas as pessoas que contribuíram para a exposição pública da matrona e, notadamente, de seu clã.

A decisão de Maria Helena Machado e Antonio Alexandre Cardoso de se deixarem influenciar pelas necessárias contribuição da “História das Emoções” para a construção de sua pesquisa exige lembrar ainda da comovente rede de solidariedade construída entre diferentes populares – escravizados, libertos e livres, mães e avós, parceiras de tabuleiros e, quem sabe, de rituais de pajelança – que, conforme suas possibilidades, se insurgiram e questionaram a crueldade da classe proprietária e, sem dúvida, conseguiram confortar, pelo menos um

pouco, a mãe e a avó das duas crianças que tiveram suas vidas ceifadas pela violência de uma proprietária, reconhecidamente, cruel.

No término da leitura do livro, se, por um lado, fica o pesar diante das torturas sofridas pelas pessoas escravizadas, pela condenação de Geminiana e suas companheiras e pelo sucesso da sinhá e de seu marido em seu ciclo de vingança, por outro, permanecem na memória as cenas reconstituídas de coragem e de insubordinação de Simplicia e de Geminiana ao enfrentarem a “lei do silêncio” imposta por gente muito poderosa com o firme propósito de salvar os pequenos dos castigos, da fome, da sede, da morte e, depois, para fazer justiça aos seus meninos assassinados.

Karine Teixeira Damasceno  

Universidade Federal do Vale do São Francisco

doi: 10.9771/aa.v0i71.70523